



1. **DE 7 A 10 DE JANEIRO**
DELEGAÇÃO MUNICIPAL EM TIMOR APROFUNDARÁ FORMAS DE COOPERAÇÃO
2. **ANMP NA CONFERÊNCIA EUROPEIA DOS PARCEIROS LOCAIS DE EMPREGO**
3. **REUNIÕES DE TRABALHO**
AUTARCAS DOS PALOP NA ANMP COLHEM DA EXPERIÊNCIA LUSA
4. **PARA ALÉM DO XII CONGRESSO**
PROPOSTA DE PLANO DE ACTIVIDADES PRIVILEGIADA REGULAMENTAÇÃO DA LEI 159/99
5. **DE 23 A 28**
I FEIRA DE MUNICÍPIOS DE MONTANHA DECORRE NA COVILHÃ EM MARÇO PRÓXIMO

DE 7 A 10 DE JANEIRO

DELEGAÇÃO MUNICIPAL EM TIMOR APROFUNDARÁ FORMAS DE COOPERAÇÃO

Uma Delegação do Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses, dando sequência à proposta nesse sentido unanimemente aprovada por aquele órgão executivo, desloca-se de 7 a 10 de Janeiro próximo a Timor Leste onde se encontrará com as mais representativas entidades daquele território.

Liderada por Mário de Almeida, e integrando os Vice-Presidentes Isaltino Morais, António José Ganhão e Rui Marques, para além do Secretário-Geral e do Director de Relações Internacionais, a comitiva municipal portuguesa estabelecerá, ali, contactos os mais diversos tendo em vista a concretização de um efectivo apoio autárquico português no processo de recuperação -- política e física -- de Terras Timorenses.

No sentido de se aprofundarem os laços institucionais já existentes, e de serem encontradas as formas mais correctas de cooperação no quadro da reconstrução em curso, sobretudo ao nível da administração local, a Delegação da ANMP será recebida, designadamente, pelo Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense, Xanana Gusmão, pelos Bispos de Dili e de Baucau, respectivamente D. Ximenes Belo e D. Basílio do Nascimento, pelo Administrador das Nações Unidas, Sérgio Vieira de Mello, e pelo Chefe da Missão Diplomática portuguesa em Dili, Embaixador Santos Braga.

De acordo com o programa delineado, os representantes do Poder Local luso -- que desde há longo anos vinha materializando um efectivo apoio aos esforços de libertação de Timor, quer através da realização de jornadas de luto municipal, quer de acções de denúncias das prepotências indonésias nos arepagos internacionais -- trabalharão, nomeadamente, em questões directamente relacionadas com a problemática autárquica e a formação de dirigentes e técnicos municipais.



ANMP NA CONFERÊNCIA EUROPEIA DOS PARCEIROS LOCAIS DE EMPREGO

O Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, atendida a relevância do certame, participou, enquanto representante português, na Conferência Europeia dos Parceiros Locais de Emprego, reunião que, sob a égide da Comissão Europeia e do Comité das Regiões, decorreu em Aarhus, na Dinamarca.

De acordo com estudos recentemente elaborados, as novas formas de parceria local, que surgem por toda a Europa, são uma solução para os atuais desafios de desemprego -- e sequente exclusão social --, sendo que os parceiros locais e a acção local se tornaram, nos anos mais recentes, pedra angular da estratégia europeia para o emprego.

Portugal não foi excepção nas experiências que com grande êxito se realizaram nos países da UE, tendo decorrido com assinalável sucesso iniciativas -- que privilegiaram o artesanato --, numa das mais pobres regiões da União Europeia, o sudoeste alentejano, um espaço territorial com diversos problemas sociais como a iliteracia, o baixo nível de educação e a inexistência de qualificação profissional, que penalizam particularmente o trabalho feminino.

A Conferência Europeia dos Parceiros Locais de Emprego -- que ocorreu num tempo de passagem para o novo milénio e aprofundaria estratégias de inovação, reuniu os principais protagonistas do nível local de toda a Europa, proporcionando bons exemplos da forma como a estratégia europeia para o emprego se suporta correntemente nos parceiros locais.

No final dos trabalhos, Mário de Almeida, que frisou a importância da iniciativa, designadamente pela troca de experiências diversas e pelos contrastantes modelos de combate ao desemprego, sublinharia que as associações empresariais sentem ser necessário contribuir de forma decisiva para a criação de emprego, enquanto reiterava o muito importante papel que os Municípios, também nessa matéria, têm desempenhado.



REUNIÕES DE TRABALHO AUTARCAS DOS PALOP NA ANMP COLHEM DA EXPERIÊNCIA LUSA

A Associação Nacional de Municípios Portugueses, por força da coerência política institucionalizada no que concerne a um constante aprofundamento das relações com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, tem vindo a ser amiudadamente visitada por autarcas daquelas nações irmãs que, nas suas passagens pelo nosso país, fazem questão em conosco manter encontros de trabalho.

De entre outros, estiveram na Sede da ANMP, recentemente, o Presidente Caboverdiano da Câmara Municipal da Boavista, Manuel Pereira, bem como o Governador da Lunda Sul, em Angola, Domingos Kajama, que mantiveram reuniões com o Secretário-Geral da Associação, com quem debateram um vasto conjunto de problemas tendo em vista o melhoramento dos respectivos serviços autárquicos.

Também o Presidente da Assembleia Municipal de Maputo, em Moçambique, Teodoro Waty, esteve em Coimbra para, em conjunto com o Secretário-Geral aprofundar questões ligadas com o Poder Local e colher junto da Associação Nacional de Municípios Portugueses alguma da vasta experiência angariada ao longo dos anos.

PARA ALÉM DO XII CONGRESSO

PROPOSTA DE PLANO DE ACTIVIDADES PRIVILEGIA REGULAMENTAÇÃO DA LEI 159/99

Os objectivos principais da Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito do Plano de Actividades para 2000 -- cuja proposta do Conselho Directivo vai ser agora submetida à apreciação do Conselho Geral --, e na sequência coerente das suas preocupações nos últimos anos, prendem-se com a permanente procura das melhores soluções para o serviço das Autarquias Locais em prol das populações que representam.

Em conformidade, a ANMP continuará a promover, periodicamente, a realização de análises de carácter técnico e/ou jurídico, iniciativas de debate sobre temas diversificados da gestão autárquica, com objectivos essencialmente informativos e de troca de experiências, pontualmente formativos, com a participação de Eleitos Locais, dirigentes, quadros técnicos e outros funcionários autárquicos, bem como convidados que, pela sua especialização ou experiência, contribuam para o êxito de tais iniciativas.



Continuando a sustentar enquanto grande linha de enquadramento e de acção política, a máxima "Mais Local, Melhor Poder", a actividade a desenvolver pela Associação Nacional de Municípios Portugueses ao longo do ano 2000, terá como dois principais marcos a realização do XII Congresso Nacional e o início do processo de regulamentação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, que estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as Autarquias Locais, regulamentação essa que concretizará, efectivamente, cada uma das transferências previstas.

Um momento que marcará, também, a actualização da Associação Nacional de Municípios Portugueses no início do novo Milénio será a programação de um conjunto de acções, possíveis e desejáveis, que contribuam, da parte dos Municípios Portugueses, para o minorar dos quadros de carência que se verificam em Timor Lorosae, para além, ainda, da Presidência Portuguesa da União Europeia.

Como acima se releva, no ano que se aproxima, o assunto prioritário e fundamental para a ANMP, tendo em vista a autonomia e definição das regras de funcionamento do Poder Local, prende-se com a regulamentação da Lei que estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as Autarquias Locais.

De imediato será aprofundada a discussão na área da Educação -- onde poderá existir condições objectivas para um avanço rápido na transferência de competências -- após o que serão tratados os restantes temas definidos como prioritários pelo Conselho Directivo, nomeadamente, Habitação, Protecção Civil e Polícia Municipal, Licenciamentos, Transportes e Comunicações, Acção Social, Gestão de Praias e Zonas Balneares e Licenciamentos em Portos e Praias.

Paralelamente -- e de modo indissociável --, também o reforço da verba global relativa às transferências financeiras para as Autarquias locais, nos termos da Lei das Finanças Locais, de forma a repor a sua capacidade financeira e lhes permitir exercer as suas responsabilidades, bem como a correcção dos critérios de distribuição de tais verbas, merecerá uma particular atenção.

O normal e quotidiano desenvolvimento de actividades deverá ser dirigido para o acompanhamento de assuntos relevantes para o trabalho do Poder Local, na procura de soluções mais adequadas para as Autarquias e as populações, designadamente em matéria de Ambiente e Ordenamento, de Assuntos Sociais, de Educação, de Finanças Locais, e de Gestão Municipal.

Estratégia Nacional da Conservação da Natureza, programas de ambiente e saneamento básico, e ordenamento da orla costeira; combates à toxic dependência, à exclusão social e ao trabalho infantil; educação pré-escolar, lei de financiamento das escolas e regulamentação das competências ao abrigo da Lei 159/99; reposição da capacidade financeira dos Municípios; desburocratização e racionalização de procedimentos administrativos e

reforço da participação dos Municípios no III Quadro Comunitário de Apoio, são, entre outras, matérias de amplo interesse para uma intervenção específica.

O XI Congresso discutiu e definiu como uma das linhas gerais de actuação da ANMP para o presente mandato, um tema de tradicional e difícil abordagem e cujo não tratamento, ao longo dos anos, vem gerando cada vez maiores dificuldades: trata-se do problema das condições em que trabalham os Eleitos Locais nos Municípios, em particular se comparadas com as de outros agentes da Administração Pública.

No quadro das iniciativas programadas, especial importância a realização do XII Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses, iniciativa a ter lugar no segundo trimestre do ano 2000.

Por outro lado, a prossecução dos objectivos da ANMP, bem como o acompanhamento de assuntos atrás referidos, passa também pela implementação de iniciativas no plano de trabalho das Comissões Especializadas, das Secções e dos Argos de decisão da ANMP.

Assim, ao nível interno, realizar-se-ão iniciativas como seminários sobre Relações dos Municípios com a EDP e sobre Política Cultural nas Autarquias, acções de informação sobre Instrumentos Financeiros Aplicáveis em Áreas Protegidas, Feira de Municípios de Montanha, e seminários sobre Municípios de Montanha, Mercado Social de Emprego, para avaliação do II QCA e aplicação do III Quadro Comunitário de Apoio.

Ao nível internacional, a questão Timorense marcará lugar especial, nomeadamente através do lançamento de campanha de ajuda humanitária que leve as Câmaras Municipais a assegurar uma contribuição próxima dos 200 mil contos, cooperação dos Municípios Portugueses com os seus congéneres de Timor Lorosae, ao nível da reconstrução de infra-estruturas fundamentais; deslocação a Timor de uma Delegação da ANMP, e destacamento de um Delegado permanente.

Seminário sobre Cooperação Descentralizada Portugal - São Tomé e Príncipe, Bureau Executivo do Conselho de Municípios e Regiões da Europa, Conselho Internacional da Federação Mundial das Cidades Unidas, Comité Executivo Mundial da União Internacional das Autoridades Locais, 7ª Sessão Plenária do Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa, do Conselho da Europa, XXI Assembleia Geral do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa, 14º Intercâmbio Multinacional Europeu para a Juventude, Seminário sobre Cooperação Descentralizada Portugal/Guiné Bissau, e o II Encontro Autárquico de Língua Portuguesa -- inserido nas Comemorações dos 500 Anos dos Descobrimentos -- são outras acções no âmbito internacional.

Em paralelo, a ANMP manterá os níveis de apoio directo aos Associados, procurando satisfazer as solicitações que lhe são dirigidas, nomeadamente na assessoria jurídica, onde se manterá o serviço já prestado, procurando disponibilizar e racionalizar o trabalho efectuado, com permanente actualização da base de dados jurídica e sua generalização via Internet.

O Gabinete de Informação desenvolverá a sua acção de forma a promover o incremento na troca de correio electrónico, a rever o espaço ANMP de informação, na Internet, e a criar uma área de documentação e fotografia, sobre a vida da Associação, enquanto se continuará o processo de actualização tecnológica dos sistemas operativo e base de dados; a melhorar o processo de sistematização, organização e arquivo de documentos produzidos; e a actualizar os meios de impressão de documentos para difusão.

O Gabinete de Comunicação Social, para além das tarefas que lhe estão cometidas -- dos contactos com jornalistas e sistematização de recortes e registos, produção de textos, das Relações Públicas ao Protocolo e imagem da Associação Nacional de Municípios Portugueses -- continuará a editar o Boletim ANMP, mensário que, alcançada a regularidade da sua publicação, será alvo de uma actualização na sua imagem gráfica.

Por outro lado, o GCS empenhar-se-á na promoção, angariação e realização de uma biblioteca de obras editadas ou patrocinadas pelos Municípios Portugueses, livraria que, para além da sua função sistematizadora, constituirá um importante banco de dados designadamente para Autarcas, Comunicação Social, investigadores e estudantes.

Nas Relações Internacionais a ANMP vai continuar a intervir activamente nas múltiplas organizações em que participa, em defesa dos interesses do País e do reforço do Poder Local Democrático. A Associação passou a assegurar o Secretariado Permanente da Delegação Portuguesa ao Comité das Regiões pelo que em 2000 assumirá especial atenção o acompanhamento das actividades daquele organismo, essencialmente das seis sessões plenárias anuais. Manter-se-á o apoio prestado aos associados, com particular incidência nas relações com os países europeus, africanos de língua oficial portuguesa e latino-americanos.

No que concerne aos Seguros será mantida a gestão das duas apólices detidas pela Associação Nacional de Municípios Portugueses: para Eleitos Locais e Bombeiros.

Quanto ao funcionamento dos Órgãos, Comissões e Secções da ANMP, e sendo que a forma de boas decisões passa pelo regular e eficaz funcionamento da sua estrutura e pelos níveis de informação e troca de opiniões atingidos, releva-se a necessidade de uma forte participação de todos, bem como uma sólida articulação entre as diversas estruturas, Órgãos e representantes, por forma a possibilitar a aferição de posições, habilitando o Conselho Directivo e o Conselho Geral a melhores e mais fundamentadas deliberações.



DE 23 A 28 I FEIRA DE MUNICÍPIOS DE MONTANHA DECORRE NA COVILHÃ EM MARÇO PRÓXIMO

Dar a conhecer a um público mais vasto e de forma menos técnica, a realidade desses espaços territoriais e um dos grandes objectivos da I Feira de Municípios de Montanha, que vai decorrer na Covilhã, de 23 a 28 de Março próximo.

Com organização da Associação Nacional de Municípios Portugueses, através da sua Secção de Municípios de Montanha, a iniciativa, tem lugar nas instalações da Associação Nacional dos Industriais de Lanifícios, conta com a colaboração da Câmara Municipal da Covilhã.

Evidenciar o papel das diferentes actividades no desenvolvimento da Região de Montanha; equacionar o papel dos vários intervenientes; promover aquelas regiões junto dos vários públicos, designadamente ao nível do turismo e lazer; incentivar a cooperação e troca de experiências entre Regiões de Montanha; e divulgar e promover a Carta Europeia das Regiões de Montanha enquanto instrumento fundamental para o desenvolvimento económico e social destas regiões, são outros propósitos da iniciativa.

A Feira de Municípios de Montanha, que abarcará áreas como as acessibilidades, actividades económicas, artesanato, combate ao desemprego, condições de vida das populações, educação e ensino, fauna e flora e formação profissional, debruçar-se-á, também, de forma igualmente atenta, sobre a gastronomia, infra-estruturas, património natural e construído, serviços públicos, turismo, desporto e lazer, usos, costumes e tradições.

De acordo com as preocupações da organização -- que enfatiza a importância que a mostra pode vir a desempenhar no desenvolvimento das Regiões de Montanha --, estes espaços ocupam uma vasta superfície do território nacional assumindo funções de interesse geral, nomeadamente ao nível ambiental, social, económico e cultural.

Afirmando que as Regiões de Montanha constituem um património excepcional que importa valorizar e preservar, defendendo e promovendo a sua diversidade, e assegurando o respeito e a conservação da identidade social, das tradições e da cultura das suas populações, sublinha-se que a especificidade destas regiões apresenta inúmeras desvantagens perfeitamente identificadas, equilíbrios frágeis e um meio ambiente ameaçado, exigindo por isso uma política global de montanha.

Iniciativa abrangente, serão seus participantes Municípios e Associações de Municípios, a Associação Europeia dos Eleitos de Montanha, Associações de Desenvolvimento Local, Comissão Europeia, Conselho da Europa, Departamentos do Governo, Empresas privadas e Regiões de Turismo.

De referenciar, por fim, que, enquanto actividades paralelas, estão previstas uma mostra gastronómica, exposição de fotografia, seminário internacional sobre políticas de montanha, animação recreativa e cultural, actividades ao ar livre e desporto radical de montanha, e venda de produtos e artigos da montanha.



[[anterior](#) | [página inicial](#)]

Comentários e sugestões anmp@anmp.pt

(c) A.N.M.P.- Associa o Nacional de Municípios Portugueses